

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.520 - DF (2019/0009386-6)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : L O T (MENOR)
AGRAVANTE : L O T (MENOR)
AGRAVANTE : V DE O S T - POR SI E REPRESENTANDO
ADVOGADO : MARIA EUFRASIA DA SILVA E OUTRO(S) - DF009232
AGRAVADO : RAFAEL DE MELO BALANIUK
AGRAVADO : ALBA CRISTINA MAGALHAES ALVES DE MELO
ADVOGADA : RACHEL BRAZ FERRAZ E OUTRO(S) - DF024330

DECISÃO

1. Trata-se de agravo interposto por L.O.T., L.O.T E V. DE O.S.T., contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado com fulcro no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado (fls. 441-442):

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ATROPELAMENTO DE CICLISTA POR CONDUTOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. EMBRIAGUES. FALECIMENTO DA VÍTIMA EM RAZÃO DAS LESÕES SOFRIDAS. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL OU AQUILIANA. CONFIGURAÇÃO. VIOLAÇÃO AO DEVER DE PRIORIDADE DO CICLISTA NA VIA. CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. OCORRÊNCIA. INDENIZAÇÃO. DOSIMETRIA. PROPORCIONALIDADE. MAJORAÇÃO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS PARA O DEFERIMENTO. REVOGAÇÃO. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. NEGATIVA. ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. FIXAÇÃO.

1. O juiz é o destinatário final da prova, a partir da qual exercerá o seu livre convencimento motivado, cenário em que, ainda que persista matéria de fato controversa, estando presentes nos autos provas suficientes para a elucidação da causa, a negativa para a produção de prova pericial e para a conversão do rito sumário em ordinário não configura cerceamento ao amplo direito de defesa.

2. Depreender-se a certeza da responsabilidade civil extracontratual do condutor do automóvel e solidária do proprietário do veículo se a vítima fatal foi atropelada enquanto conduzia bicicleta no bordo da pista da direita da via, sendo atingido na traseira, enquanto o motorista do automóvel dirigia sob a influência de alto teor alcoólico, constatado em exame realizado logo após o acidente.

3. Os danos morais devem ser mensurados com base nos critérios da proporcionalidade e da razoabilidade, diante da violação dos atributos de sua personalidade, impondo-se majorar o valor da indenização que se revelar irrisório diante das circunstâncias do caso concreto, envolvendo embriagues do condutor do veículo, violação de diversas normas de trânsito, falecimento da vítima, orfandade e viuvez das coautoras, tendo em vista o caráter pedagógico e punitivo das indenizações dessa natureza.

4. Conquanto tenha postulado os benefícios da justiça gratuita, a parte ré não apresentou qualquer prova de incapacidade econômica apta a embasar o pedido, existindo, ao contrário, prova nos autos de auferirem alta renda mensal e usufruir de bom padrão de vida, circunstâncias que, ponderadas, determinam a revogação do pedido em sede recursal, diante da comprovação de situação financeira hábil a responder por despesas processuais e aos ônus da sucumbência.

5. Apuradas a improcedência do apelo dos corréus e a procedência parcial e mínima do apelo das coautoras os honorários advocatícios recursais devem ser majorados, levando-se em conta os trabalhos desenvolvidos pelos patronos das partes na fase recursal, estabelecidos proporcionalmente ao valor da condenação pecuniária.

6. Recursos conhecidos. Apelo dos corréus desprovido. Apelo das coautoras parcialmente provido. Preliminar rejeitada.

Nas razões do recurso especial (fls. 478-490), além de divergência jurisprudencial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto no art. 944 do Código Civil.

Em apertada síntese, pleiteia a majoração do valor da indenização por danos morais decorrentes de acidente ocorrido por culpa da parte recorrida e que culminou na morte do esposo e pai das recorrentes, fixada pela Corte de origem no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para cada uma das autoras.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 504-509.

É o relatório.

DECIDO.

2. No caso, o Tribunal de origem condenou a parte recorrida ao pagamento de indenização por danos morais no valor total de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), sendo R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para cada uma das três autoras, pelo falecimento do esposo e pai delas, em decorrência de acidente de trânsito provocado pela parte recorrida.

A respeito, os seguintes fundamentos do aresto atacado merecem destaque (fls. 458-462):

Seguindo na análise dos recursos interpostos, tanto coautoras quanto corréus insurgem-se quanto ao valor fixado para a compensação por danos morais. As primeiras por considerar o valor irrisório e os segundos por considerá-lo excessivo. A propósito, o valor fixado foi de R\$ 30.000,00, (...) para cada uma das autoras [...] (fl. 310).

[...]

Nesse aspecto, merece consideração ao avaliar a proporção da compensação fixada em razão do resultado produzido pelo dano, sobretudo quanto a efeitos irreversíveis que permanecerão afetando negativamente a vida das autoras, com enorme profundidade e irreparabilidade. Os efeitos deletérios desse atropelamento fatal são ainda maiores quando se fala em uma família de baixa renda, do que seria o mesmo episódio no caso de uma família de classe econômica média ou alta. O arrimo de família foi levado a óbito, o que somente se soma ao fato de que as crianças (fl. 26 - 11 anos de idade e 4 anos de

idade) perderam seu pai e a esposa perdeu seu marido.

Por via de consequência, não há como considerar a compensação excessiva, em razão do fato de a família afetada ser de baixa renda. É irrazoável falar-se em enriquecimento ilícito neste caso. Portanto, novamente, o recurso dos corréus não merece acolhimento no ponto.

Sobre a desproporção indicada pelas autoras, igualmente não se identifica valor irrisório no arbitramento compensatório fixado.

Afinal, o primeiro réu é pessoa relativamente jovem, possivelmente com carreira profissional ainda não consolidada, sem informação nos autos acerca de renda mensal. A 2ª Requerida, por sua vez, é professora pública universitária, residente em imóvel funcional da UnB, informando os autos que possui renda mensal bruta de R\$ 23.911,37 (doc. fl. 298). Ambos os réus não ostentam sinais de riqueza ou acervo patrimonial expressivo, de modo que assim a referência do arbitramento sentenciai, pautada na proporcionalidade de rendas e patrimônio dos responsáveis, se mostrou adequada, não havendo razões para qualquer retoque por revisão recursal.

A circunstância de haver o 1º Requerido prestado imediata fiança no valor de R\$ 15.000,00 denota que tinha disponibilidade ou reservas financeiras para tanto. Porém, a dita quantia por si só é insuficiente a indicar sinais de riquezas muito além do próprio valor dessa mesma fiança.

Decerto que nos termos do documento de fl. 299 o genitor do 1º Réu, na qualidade de servidor público do TCU, tem rendimentos brutos de R\$ 31.116,18. Porém, nem mesmo foi incluído no pólo passivo, inclusive há informes nos autos dando conta que não mantém vínculo conjugal com a 2ª Requerida.

Tomando em consideração esses fatores acima enumerados, inexistindo outros elementos de análise patrimonial relativos à capacidade econômica dos réus, é de se concluir que a compensação fixada pautou-se com razoabilidade e proporcionalidade. Afinal, a importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para cada uma das autoras totaliza reparação no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), os quais ainda sofrerão atualização e juros de mora desde a data do evento danoso, nos termos da Súmula 54 do e. STJ e art. 398 do C. Civil.

A partir de tais parâmetros, concluo que a importância total de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), ou R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para cada autora denota razoabilidade e proporcionalidade ao caso presente, pois, ainda que não signifique plena satisfação aos interesses das autoras, situa-se consentânea com as possibilidades dos réus, tornando adequada à reparação que se apresenta possível, sem descurar dos efeitos preventivos, pedagógicos e compensatórios que a reparação pecuniária decorrente de dano moral enseja. Portanto, a sentença não admite reforma no ponto.

Com efeito, mostra-se inviável a majoração do referido valor em recurso especial, pois o óbice da Súmula nº 7/STJ tem sido afastado apenas quando o montante arbitrado a título de danos morais se mostrar "*desarrazoadamente elevado ou ínfimo*", o que não se observa no presente caso.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. DANOS MORAIS. ACIDENTE QUE LEVOU A ÓBITO O FILHO

DA RECORRIDA. RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA DEMONSTRADA. NÃO CONFIGURADA A CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 2. MONTANTE INDENIZATÓRIO. PRETENSÃO DE REDUÇÃO. SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. (...)

2. O quantum indenizatório arbitrado na instância ordinária, a título de danos morais, só pode ser examinado nesta Corte nos casos em que o valor indenizatório for irrisório ou exorbitante, o que não ocorre no caso dos autos, haja vista que os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade foram observados. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. *Agravo interno desprovido*" (AgInt no AREsp 1.148.757/PB, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/3/2018, DJe 23/3/2018).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CONDENATÓRIA - DANOS MATERIAIS E MORAIS EM RAZÃO DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - FALECIMENTO DO ENTE QUERIDO ACIDENTADO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS RÉUS.

1. (...)

2. No mais, a pretensão recursal esbarra na Súmula nº 7 desta Corte Superior. Não há, pois, como rever o valor da indenização por danos morais, arbitrado na origem, se esse não se revelar irrisório ou exorbitante, como no presente caso.

3. A incidência da Súmula nº 7 do STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, porquanto falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa.

4. *Agravo interno desprovido*" (AgInt no Ag 1.389.232/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 15/3/2018, DJe 23/3/2018).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE POR ATROPELAMENTO. REVISÃO DO VALOR.

1. Admite a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, excepcionalmente, em recurso especial, reexaminar o valor fixado a título de indenização por danos morais, quando ínfimo ou exagerado. Hipótese, todavia, em que o valor foi estabelecido na instância ordinária, atendendo às circunstâncias de fato da causa, de forma condizente com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

2. *Agravo interno a que se nega provimento*" (AgInt no AREsp 871.920/MA, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 27/2/2018, DJe 9/3/2018).

3. Da mesma forma, inviável o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional, pois a análise do dissenso pretoriano depende do revolvimento de matéria fático-probatória.

4. Ademais, ainda que fosse possível superar o óbice verificado, observo que a parte recorrente não cumpriu com o disposto no § 2º do art. 255 do RISTJ, pois a demonstração da divergência não se satisfaz com a simples transcrição de ementas, mas com o confronto entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

5. Ante o exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

